

**SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL 1057/25**

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal;
- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), que estabelece que o Poder Público deve assegurar igualdade de condições para acesso e permanência na escola, autorizando políticas de apoio financeiro, material e pedagógico ao estudante.- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei Federal nº 9.725, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Lei Federal nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, permitindo o financiamento de cursos superiores como forma de política pública de acesso à educação.
- Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, que prevê transferência direta de renda condicionada à frequência escolar, ao acompanhamento educacional e à permanência do estudante na escola.
- Lei Federal nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, que concede bolsas de estudo integrais ou parciais em instituições privadas de ensino superior a estudantes de baixa renda.
- Lei Federal nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, prevendo auxílio financeiro indireto ao estudante, inclusive com bolsas-formação, transporte e alimentação, para garantir acesso e permanência em cursos educacionais.
- Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação;
- Lei Federal nº 13.257, de 08 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei no 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei no 12.662, de 5 de junho de 2012.



- Lei Federal nº 13.716, de 24 de setembro de 2018, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado
- Lei Federal nº 14.601, de 19 de junho de 2021, que institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 10.429, de 24 de fevereiro de 1988, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação.
- Lei Municipal nº 10.949, de 24 de janeiro de 1991, que dispõe sobre o desenvolvimento de programas culturais e esportivos, durante o período de recesso escolar de inverno e verão, nas escolas municipais, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 11.243, de 28/09/1992, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 8.485, de 1º de dezembro de 1976, alterado pela Lei nº 9.401, de 23 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a concessão de Bolsas-Treinamento e Bolsas Auxílio, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 13.392, de 17 de julho de 2002, que concede bolsas-treinamento, com pagamento de bolsa-auxílio, a estudantes regularmente matriculados em cursos de ensino médio e superior, como forma de complementação educacional.
- Lei Municipal nº 14.254, de 28/12/2006, que dispõe sobre a ampliação das bolsas-treinamento e a revalorização das bolsas-auxílio previstas na Lei nº 13.392, de 17 de julho de 2002.
- Lei Municipal nº 15.058, de 11 de dezembro de 2009, que altera dispositivos da Lei nº 13.392, de 2002, para ampliar a concessão de bolsas-treinamento a estudantes do ensino médio.
- Lei Municipal nº 15.625, de 19 de setembro de 2012, que dispõe sobre a elaboração do Calendário Anual de Atividades das unidades escolares no Município de São Paulo e cria os polos de atendimento aos alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil que deles necessitarem;
- Lei Municipal nº 16.271, de 17 de setembro de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo;



- Lei Municipal nº 16.421, de 08 de abril de 2016, que introduz alterações nos arts. 4º, 5º e 9º da Lei nº 14.666, de 10 de janeiro de 2008, que criou o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB.
- Lei Municipal nº 16.213, de 17 de junho de 2015, que dispõe sobre a criação e funcionamento do Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola - CRECE, inclui o inciso XIV no art. 118 da Lei nº 14.660/07, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 16.271/2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo.
- Lei Municipal nº 16.646, de maio de 2017, que dispõe sobre parâmetros de atuação preventiva no combate aos entorpecentes no ambiente escolar, e dá outras providências
- Lei Municipal nº 16.820, de 02 de fevereiro de 2018, que autoriza o Poder Executivo a promover a reorganização do Programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – MOVA e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 16.867, de 15 de fevereiro de 2018, que institui como Política Pública o Programa GEPAD – Programa de prevenção ao uso indevido de drogas nas escolas do município de São Paulo, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 17.110, de 06 de junho de 2019, que institui o ensino de música na Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 17.132, de 15 de julho de 2019, que institui Programa de Formação para os Profissionais de Educação que promovam o atendimento às crianças em situação de risco e aos adolescentes em liberdade assistida ou vigiada, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 17.244, de 05 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a criação dos Programas Mais Creche e Bolsa Primeira Infância.
- Lei Municipal nº 17.257, de 27 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a criação de Escola de Idiomas no Município de São Paulo, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 17.437, de 12 de agosto de 2020, que institui programas de apoio aos estudantes da Rede Municipal de Ensino, incluindo o Programa Material Escolar e o Auxílio Uniforme Escolar, com o objetivo de promover o acesso, a permanência e o bom desempenho escolar.
- Lei Municipal nº 17.564, de 8 de junho de 2021, que institui a Política Municipal de Prevenção ao Abandono e à Evasão Escolar;



- Lei Municipal nº 17.555, de 22 de março de 2021, que altera dispositivos da Lei nº 17.437, de 2020, e dispõe sobre o fornecimento de uniformes escolares e sobre o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB
- Lei Municipal nº 17.787, de 26 de abril de 2022, que dispõe sobre as medidas de conscientização no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas de educação básica, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 17.848, de 29 de setembro de 2022, que altera dispositivos da Lei nº 13.392, de 2002, relativos à concessão de bolsas-treinamento com bolsa-auxílio a estudantes.
- Lei Municipal nº 17.977, de 18 de julho de 2023, que autoriza a instituição do Programa Escola Amiga no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 17.953, de 26/05/2023, que altera a Lei nº 15.020, de 29 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Bolsa-A atleta, confere nova denominação ao Programa Bolsa-A atleta da Cidade de São Paulo, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 18.066, de 28 de dezembro de 2023, que autoriza a instituição do Programa UNISAMPA, destinado à concessão de bolsas de estudo em cursos de ensino superior para estudantes de baixa renda, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, que institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020.

PL 93/2020 INSTITUI O RECONHECIMENTO DE CARÁTER EDUCACIONAL E FORMATIVO DA CAPOEIRA EM SUAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E ESPORTIVAS, PERMITE A CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS COM A REDE PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 839/2019 INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICIPAL O INCENTIVO À APRENDIZAGEM DO JOGO DE XADREZ NA REDE PÚBLICA DE ENSINO COMPONENTE CURRICULAR E COMO ATIVIDADE DE LAZER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



PL 687/2019 DISPÕE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE APOIO AO ENSINO FUNDAMENTAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PL 393/2019 CRIA O NÚCLEO DE APOIO E ACOMPANHAMENTO PARA A APRENDIZAGEM - NAAPA, NAS DIRETORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 324/2018 AUTORIZA A CRIAÇÃO DO INDICADOR DE QUALIDADE E EQUIDADE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE SÃO PAULO.

PL 452/2020 INSTITUI MEDIDAS DE APOIO AOS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, INCLUINDO PROGRAMAS DE FORNECIMENTO DE MATERIAL ESCOLAR E AUXÍLIO UNIFORME, NO CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS E DO RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS.

PL 32/2023 (PARLAMENTO JOVEM MUNICIPAL) DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE POLÍTICA DE INCENTIVO À PERMANÊNCIA ESCOLAR POR MEIO DE AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL, CONDICIONADA À FREQUÊNCIA E AO DESEMPENHO ESCOLAR.

PL 273/2023 AUTORIZA SOBRE A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO A CRIAR O PROGRAMA JOVEM SUS – PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE JOVENS PARA A FORMAÇÃO DA CIDADANIA EM SAÚDE, ASSOCIADA A UMA POLÍTICA DE REINSERÇÃO SOCIAL PRODUTIVA DA PARCELA DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO NO PROGRAMA JOVEM SUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 218/2025 CRIA O PROGRAMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, COM O OBJETIVO DE AMPLIAR AS CONDIÇÕES DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, POR MEIO DE BENEFÍCIOS E AÇÕES DE APOIO EDUCACIONAL.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 16 de dezembro de 2025.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068